

# Em meio à crise, Temer chancela pleito de ruralistas

DE BRASÍLIA

A AGU (Advocacia-Geral da União) anunciou nesta quarta (19) que o presidente Michel Temer assinou parecer para determinar que toda a administração federal adote tese cara à bancada ruralista no Congresso sobre os processos de demarcação de terras indígenas. A medida deve paralisar 748 processos hoje em andamento no país, diz a AGU.

O parecer passa a considerar que indígenas têm direito à terra “desde que a área pretendida estivesse ocupada pelos indígenas na data da promulgação da Constituição Fe-

deral”, em outubro de 1988. Esse entendimento jurídico foi abordado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 2009 durante o processo de demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol e é apoiado atualmente por alguns ministros do STF, mas ainda não passou por decisão do plenário na atual composição do tribunal.

A tese tem sido criticada por organizações não governamentais, pois representa a impossibilidade legal de indígenas reivindicarem territórios que não estavam por eles ocupados em outubro de 1988. Pelo menos três ações judiciais questionam no STF esse en-

tendimento. Uma turma de ministros concedeu decisões favoráveis a fazendeiros em disputa com índios.

O parecer é assinado por Temer no momento em que ele busca apoio no Congresso para escapar de denúncia de corrupção feita pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

A AGU diz que “a novidade do presente ato é a forma jurídica adotada, já que a portaria anteriormente editada pela AGU não tinha o condão de vincular todos os órgãos da Administração Pública, enquanto o parecer aprovado, diferentemente, obriga todos os órgãos públicos a lhe dar

fiel cumprimento”.

Juliana de Paula Batista, advogada do ISA (Instituto Socioambiental), disse que o novo parecer é “chocante” e “estarecedor”. “Na verdade é mais uma negociação do governo com a bancada ruralista”.

Também nesta quarta, Temer começou a promover trocas de cargos para garantir votos no plenário da Câmara contra a denúncia da PGR.

O Podemos perdeu um cargo na Funasa. Já o PSC, pró-governo, foi agraciado com a nomeação de dois indicados para ocupar diretorias da Dataprev. (RUBENS VALENTE, JULIO WI-ZIACK E DANIEL CARVALHO)